

Aula 2

HISTÓRIA LITERÁRIA E TEORIA DA LITERATURA

META

Evidenciar a carência de estudos teóricos que respondem pela relação entre História Literária e ensino da Literatura; introduzir a concepção e formalização das histórias literárias e os projetos de afirmação das identidades nacionais e com os conceitos de literatura que lhes dão suporte; e apresentar como a Teoria da Literatura e as disciplinas mais recentes no campo dos estudos literários influenciaram a História da Literatura.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá: estabelecer relações entre História Literária e ensino da Literatura, observando a carência bibliográfica a respeito do tema; relacionar as periodizações e classificações das histórias literárias aos processos sócio-históricos de constituição da identidade nacional; e identificar os pressupostos teóricos dos métodos e abordagens da História Literária, relacionando-os aos seus respectivos contextos.

PRÉ-REQUISITOS

O aluno deverá ter noções sobre a historicidade do conceito de literatura; e do processo de formação e institucionalização da História Literária e da Teoria da Literatura como disciplinas que têm na Literatura seu objeto de estudo.

Luiz Eduardo Oliveira

INTRODUÇÃO

Nesta segunda aula de Teoria da Literatura II, teremos uma noção mais ampla sobre o que seja História Literária, ou História da Literatura, observando o seu processo de constituição como disciplina no campo dos estudos literários e seus diálogos com a Teoria da Literatura, assim como com outras disciplinas mais recentes que têm a Literatura como objeto, na área de Letras e mesmo fora dela.

Antes, porém, iniciaremos nossa aula tentando suprir uma lacuna no campo dos estudos literários e educacionais, através de uma descrição crítica do percurso histórico das relações entre História Literária e ensino da Literatura, com o objetivo de tornar evidente a necessidade de tal relação e a ausência de estudos teóricos que tratem do tema.

Nesse percurso histórico, serão enfatizados os fatores sócio-políticos que mais preponderam na formalização das histórias literárias, em sua articulação com projetos de afirmação das identidades nacionais, muito freqüentes no Romantismo, e de configuração dos sistemas nacionais de educação.

Em seguida, finalmente, faremos uma apreciação crítica dos principais métodos e abordagens da História Literária, apontando seus diálogos com a Teoria da Literatura e com outras disciplinas mais recentes, buscando mostrar os pressupostos teóricos e concepções de Literatura que sustentam cada método ou abordagem.



Batalha do Avahy. Pedro Américo. Óleo sobre tela (1872-77). Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes. Sob a influência do Romantismo, pintores brasileiros buscavam valorizar o nacionalismo, retratando fatos históricos importantes. Suas obras contribuíam para a formação de uma identidade nacional (Fonte: <http://www.dezenovevinte.net>).

HISTÓRIA LITERÁRIA

A história literária sempre esteve relacionada ao ensino da literatura. Desde as rudimentares bibliografias comentadas às mais recentes produções desse gênero, que é bastante conhecido, tais empreendimentos têm como motivação e público-alvo a classe estudantil. Para **Carpeaux**, na Introdução à sua *História da Literatura Ocidental*, o interesse em organizar os fatos literários do passado em função do ensino teria começado em nossa era, com **Marcus Fabius Quintilianus** (c.35-95), num momento em que a cultura greco-latina, representada pelos antigos manuscritos, se via ameaçada pela destruição dos “bárbaros”. Professor de Retórica, Quintiliano havia inserido no Décimo Livro de sua *Institutio Oratoria* uma apreciação sumária dos autores gregos e latinos, menos como resumo bibliográfico do que como esboço de uma “bibliografia mínima” do aluno de retórica, iniciativa que acabou por fixar para a posteridade o **cânone** da literatura clássica:

Ver glossário no final da Aula

Até hoje, os programas de letras clássicas para as nossas escolas secundárias organizam-se conforme os conselhos daquele professor romano; e nós outros, falando da trindade “Ésquilo, Sófocles e Eurípedes”, ou do binômio “Virgílio e Horácio”, mal nos lembramos que a bibliografia de Quintiliano nos rege como um código milenar e imutável (CARPEAUX, 1959, p. 16).

Da mesma forma, quando pensamos nas primeiras histórias da literatura organizadas conforme o critério **cronológico**, resultantes dos vários projetos de afirmação das identidades nacionais do século XIX, podemos associá-las ao processo de autonomia do ensino da literatura em relação ao de retórica, bem como à institucionalização do ensino das literaturas nacionais. No Brasil, é ao longo da década de 1830 que as atividades culturais e as instituições que lhes dão suporte vão criar a base de sustentação intelectual e ideológica necessária ao projeto nacional em curso:

Dentro deste projeto, no que o expressam instituições e revistas, a história da literatura ocupa um grande espaço. À semelhança do papel cumprido pela história literária numa Europa a braços com a legitimação da cultura burguesa, também por aqui a literatura e sua história faziam parte do cardápio a ser providenciado (LAJOLO, 1994, p. 252-253).

Em 1836, um ano antes da fundação do Imperial Colégio de Pedro II, **Gonçalves de Magalhães**, poeta e futuro membro da Comissão de Instrução Pública que iria formalizar, na década seguinte, o projeto do Liceu Nacional, afirmava no primeiro número da revista *Niterói*, publicada em Paris e dirigida por ele, Torres Homem, Manuel de Araújo Porto Alegre e

Pereira da Silva, que a literatura era a expressão de um povo no que este tem de mais característico, pois “cada povo tem sua literatura própria como cada homem seu caráter particular, cada árvore seu fruto específico” (apud CANDIDO, 2000, p. 295). Pereira da Silva, no segundo número da mesma revista, ia mais longe, argumentando que, se a literatura era a expressão da sociedade, influenciando em sua vida espiritual, o Brasil, como país novo, deveria manifestar uma literatura própria, nacional. A poesia, nesse contexto, tinha um papel fundamental:

A poesia é considerada no nosso século como representante dos povos, como uma arte moral, que muito influiu sobre a civilização, a sociabilidade, os costumes; sua importância na prática das virtudes, seus esforços a favor da liberdade e da glória lhe marcam um lugar elevado entre as artes que honram uma nação (apud CANDIDO, 2000, p. 296).

Como se vê, Literatura era sinônimo de civilização, e sua difusão fazia-se necessária num país que havia negociado sua independência recentemente. Quase duas décadas mais tarde, quando aqueles mesmos intelectuais que haviam fundado a revista Niterói passaram a ocupar lugares na Câmara dos Deputados, seus discursos atribuíam à Instrução Pública tal função, uma vez que seu papel era colocar o Império ao lado das “nações civilizadas”, superando a barbárie dos sertões e a desordem das ruas. A noção de Instrução Pública, aqui, confunde-se com a de Educação Nacional, pois o seu objetivo é incutir nos estudantes os princípios éticos e morais necessários à convivência social, no intuito de fazer com que se reconhecessem como membros de uma Sociedade Civil e de uma Nação. Não foi por acaso, portanto, que se decidiu incluir, no Plano de Estudos do Colégio de Pedro II, a “Literatura Nacional” na cadeira de retórica, com um regulamento de 17 de fevereiro de 1855, assinado pelo Ministro do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz (OLIVEIRA, 1999, p. 13).

Apesar de tal medida ter exigido a produção de um manual de história da literatura nacional – algo, aliás, previsto pela Portaria de 24 de janeiro de 1856, que, regulamentando o conteúdo e a bibliografia das matérias estudadas no Colégio de Pedro II, indicava, para o estudo de retórica, os *Quadros da Litteratura Nacional*, apostila do professor Francisco de Paula Menezes –, a obra tida como pioneira sobre o conjunto de nossa história literária é o *Curso de Literatura Nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro, composto, como o próprio título sugere, para ser adotado no curso de literatura da mesma instituição, onde o autor era professor de retórica e poética desde 1857.

Outro exemplo notório da relação entre história literária e ensino da literatura, no século XIX, é o fato de a *História da Literatura Brasileira* (1888), de Sílvio Romero (1851-1914), obra tida como divisor de águas de nossa

historiografia literária, por estabelecer a primeira periodização da literatura brasileira, ter sido indicada, em 1892, para o sexto ano do **Ginásio** Nacional, sendo adaptada ao Curso Secundário em 1906, com o título de *Compêndio de História da Literatura Brasileira*, escrito em parceria com João Ribeiro (1860-1934), um verdadeiro especialista em compêndios de história da época, como mostra Gasparello (2004).

Até a década de 1940, quando ocorre o movimento de expansão do **regime** universitário (4), com o aparecimento das Faculdades de Filosofia e Letras, grande foi o número de manuais de história da literatura brasileira produzidos para o Ensino Secundário: *Pequena História da Literatura Brasileira* (1919), de Ronald de Carvalho; *Lições de Literatura Brasileira* (1919), de José Ventura Boscoli; *História da Literatura Nacional* (1930), de Jorge Abreu; *Noções de História da Literatura Brasileira* (1931), de Afrânio Peixoto; *História da Literatura Brasileira para o curso complementar* (1939), de Bezerra de Freitas, entre outros.

A partir de então, as histórias literárias tornaram-se mais especializadas, seja em projetos coletivos nos quais cada autor cobre determinado gênero – como o da editora José Olympio, sob a direção de Álvaro Lins, do qual um dos volumes era a *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção (1890-1920)*, de Lúcia Miguel Pereira, publicado pela primeira vez em 1950 – ou período – como o da editora Cultrix, que publicou, entre outros, *O Realismo (1870-1900)*, de João Pacheco, em 1963 –, seja em interpretações críticas de sua formação e cânone, num período cronológico previamente estabelecido – como em *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* (1959), de Antonio Candido –, o que sugere que tais obras passaram a ser produzidas para um público mais seletivo: os estudantes universitários de Letras.

Hoje em dia, a relação entre história literária e ensino da literatura pode ser exemplificada pela *História Concisa da Literatura Brasileira* (1970), de Alfredo Bosi, obra que talvez deva suas constantes reedições – atualmente está em sua 40ª, em grande parte, à demanda acadêmica, uma vez que tem presença constante na maioria das bibliografias dos programas de literatura brasileira dos cursos de Letras.

No caso do Ensino Médio, manuais como os de Faraco & Moura, dos quais são reeditados entre os do mesmo gênero, mantêm sua estrutura condicionada pelos padrões dos livros de história da literatura indicados, isto é, pautados pela periodização, cronologia e biobibliografia (5) dos autores selecionados, reproduzindo e reforçando assim o cânone da literatura nacional, a despeito do desenvolvimento dos estudos literários, seja sob a influência estruturalista da Teoria da Literatura, que, como vimos na Aula 1, concentra-se na imanência textual, desconsiderando o contexto sócio-histórico da obra, seja sob o atual influxo dos estudos culturais, que, como veremos na próxima aula, apontam para o questionamento dos pressupostos político-ideológicos do cânone.

A HISTÓRIA LITERÁRIA E SEUS MÉTODOS

Como você deve estar lembrado, de acordo com o que aprendeu na aula passada, a História Literária, ou História da Literatura, desde seu aparecimento, no século XIX, se desenvolveu basicamente sobre dois modelos: um de natureza “biógráfico-psicológica”, enfatizando a vida do autor, a despeito do texto literário, outro de natureza “sociológica”, que se concentrava nos fatores políticos, econômicos, sociais e ideológicos da produção literária. Contudo, tais características, com as novas configurações que a História da Literatura foi assumindo, e com os novos métodos e abordagens que foi adotando, foram perdendo sua importância, em função do desenvolvimento dos estudos literários, que, periodicamente, mudaram seu modo de conceber o fato literário.

Como as primeiras histórias da literatura aparecem durante o **Romantismo** (6), o primeiro método historiográfico de estudo da Literatura foi o método da historiografia romântica. Suas contribuições foram várias, dentre as quais podemos destacar:

1. aumentou o cânone do que se considerava à época “literatura universal”, que compreendia apenas os antigos e os clássicos franceses, uma vez que assegurou a construção e consolidação das literaturas nacionais, que passaram a contar a sua história;
2. despertou o interesse dos estudiosos por períodos obscuros, como a Idade Média, e desprezados, como o Barroco, criando escolas literárias e construindo o cânone desses períodos; e, o mais importante
3. estabeleceu o princípio da cronologia, que passou a ser padrão de todas as histórias da literatura.



Hippolyte Taine, autor de História da Literatura inglesa (1877). (Fonte: <http://jameslogancourier.org>).

Por outro lado, o propósito de retratar a individualidade ou “caráter” nacional mediante a seleção dos autores mais representativos de cada época fez com que seus critérios se baseassem em conceitos idealistas e subjetivos, tais como “genialidade” ou “espiritualidade”. Com efeito, Henry Morley (1822-1894), no prefácio de *English Writers* (1864), entendia a literatura como a “biografia nacional”, ou a “história do espírito inglês” (WELLEK & WARREN, 1962, p. 315-316).

Aos poucos, o idealismo das primeiras histórias literárias foi dando lugar à progressiva adoção dos métodos objetivistas das ciências naturais, o que se traduzia no processo de consolidação do Naturalismo na literatura. Os “condicionamentos” ou “fatores” extrínsecos à obra passaram a ter prioridade nos estudos literários. O modelo clássico da historiografia naturalista é a *Histoire de la Littérature Anglaise* (História da Literatura Inglesa), de 1877, escrita por

Hippolyte Taine (1828-1893).

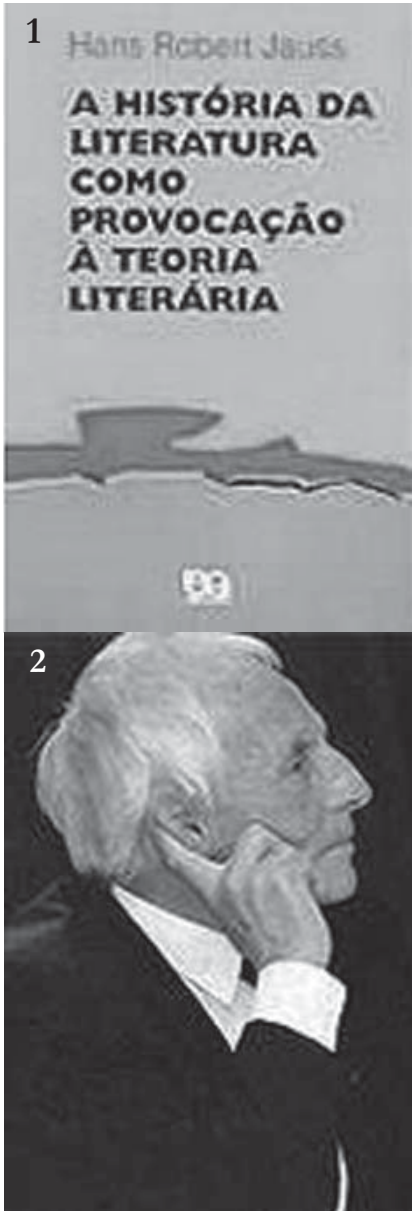
Aqui, a cronologia é um mero instrumento didático, útil apenas para a sistematização dos fatos literários, pois mais importantes são as determinações da “raça”, do “meio” e do “momento histórico”. Para se ter uma idéia da repercussão da obra de Taine, basta a menção das obras de seus mais célebres discípulos, os quais introduziram seu método nos respectivos países de origem: *As Correntes Principais da Literatura do Século XIX* (1872-1890), de Georg Brandes (1842-1927); *a História da Literatura Alemã* (1883), de Wilhelm Scherer (1841-1886); e *a História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero (1851-1914).

Em contraposição aos métodos da historiografia romântica e naturalista, insurgem-se a estética marxista e o método imanentista proposto por Tynianov em ensaio intitulado “Da evolução literária” (1927). A historiografia marxista, ou sociológica, é ainda fortemente marcada por Taine. O “meio”, transformado em “contexto sócio-político”, é o fator externo que determina o caráter e até o estilo da obra literária. Carpeaux (1959, p. 39) comenta ironicamente os exageros de tal método: “Sakulin, na sua história da literatura russa, classificou os escritores conforme a proveniência social: literatura dos latifundiários, dos burocratas, dos pequenos burgueses, dos proletários”.

Na historiografia marxista, a literatura está sempre a serviço do “contexto”, sendo apenas uma ilustração de uma outra história: política, econômica ou social. Wellek e Warren (1962, p. 330-331), quando tratam do problema da periodização, também censuram o método sociológico: “A literatura não deve ser concebida meramente como um passivo reflexo ou cópia do desenvolvimento político, social ou mesmo intelectual da humanidade. Conseqüentemente, é por critérios puramente literários que deve fixar-se o período literário”.

Assim pensava o formalista russo Yury Tynianov (1894-1943), já em 1927, no referido ensaio – *Da evolução literária* (1927). Questionando o estatuto científico da história da literatura e contrapondo à velha noção abstrata de “tradição” seu conceito de “evolução literária”, Tynianov propôs um complexo modelo serial no qual a historicidade de uma determinada obra é medida pelo seu grau de ruptura em relação a uma forma ou gênero “automatizado”. A canonização de uma forma literária, assim, é vista como um processo de “automatização” de um sistema de normas ou convenções que provoca, dialeticamente, o aparecimento de novas formas e outros sistemas: “Se admitirmos que a evolução é uma mudança da relação entre os termos do sistema, quer dizer, uma transformação das funções e elementos formais, a evolução parece ser a substituição de sistemas” (TYNIANOV, 1978, p. 117). Em outras palavras, a evolução literária deveria basear-se na literariedade das obras, de acordo com seus respectivos contextos sócio-lingüísticos.

A importância da historiografia estruturalista, tal como foi esboçada pelo ensaio de Tynianov, pode ser avaliada pela surpreendente variedade de categorias nele esboçadas, que continuam sendo desenvolvidas em estudos



1 Capa de edição brasileira de *A História da Literatura* (acima) e seu autor, Robert Jauss (Fonte: 1 - <http://i.s8.com.br>; 2 - <http://www.estacio.br>).

recentes sobre história literária (OLINTO, 1996). No entanto, a partir da década de sessenta do século passado, a atenção dos teóricos, seja da chamada estética da recepção, de feição alemã, seja das mais recentes teorias do reader's response (resposta do leitor) norte-americanas, concentrou-se no leitor ou receptor da obra. A publicação de *A História da Literatura como Provação à Teoria Literária* (1967), de Hans Robert Jauss (1921-1997), ao trazer o tema da historiografia de volta ao debate literário, estabeleceu os pressupostos para a reescrita da história literária sob a perspectiva da estética da recepção. A historicidade do texto literário, para o teórico alemão, só poderia ser detectada levando-se em conta o “horizonte de expectativa” do leitor, que significa o conhecimento prévio em relação a gênero, forma ou temática de obras já conhecidas. Seu valor estético, dessa forma, dependeria da distância entre a experiência já vivenciada da leitura e a “mudança de horizonte” representada pela obra (JAUSS, 1994). As teses do seu pequeno livro se tornaram emblemáticas da crise dos estudos literários no final dos anos sessenta, ainda envolvidos com uma tradição imanentista, ou estruturalista, que desprezava eloqüentemente todas as questões relativas ao contexto da obra.

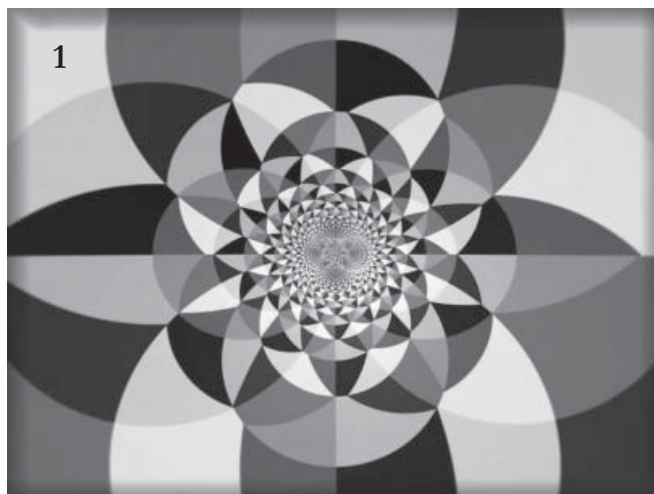
Para **Chartier**, há dois problemas com a estética da recepção. O primeiro, fundamental, é que ela ignora os dispositivos tipográficos, que também concorrem para a construção da significação na recepção dos textos, pois são eles que possibilitam uma melhor compreensão do “comércio perpétuo” entre os textos clássicos, ou “imóveis”, e os leitores em mutação. Assim, tais dispositivos traduzem, no impresso, as mudanças do horizonte de expectativa do público, uma vez que podem propor significações outras além daquelas pretendidas pelo autor:

Há aí uma grave lacuna para as épocas antigas, entre os séculos XVI e XVIII, uma vez que a maioria dos textos impressos, literários ou não, não são novidades, mas reedições propostas para horizontes de expectativa de leitores muito distantes cronologicamente e, no caso das impressões de larga difusão, socialmente, das sinalizações e referências inscritas pelo autor em seu texto (Chartier, 2001, p. 99).

O outro problema, segundo o mesmo autor, é o fato de a estética da recepção hesitar entre duas perspectivas: uma que considera que os elementos textuais impõem ao leitor uma posição relativa à obra, “uma maneira de ler e compreender”, e outra que reconhece a pluralidade de leituras possíveis de

um mesmo texto, em função das características particulares de cada leitor. Na primeira perspectiva, o horizonte de expectativa é pensado como sendo unitário, uma “experiência partilhada”, e na segunda, as diferentes condições de apropriação do texto, que são sociais, repercutem fora do alcance de um enfoque concentrado sobre o leitor na obra. Tal ambigüidade poderia ser reduzida recorrendo-se a uma melhor análise dos dispositivos tipográficos, pois eles tornam possível um maior controle sobre as hipóteses construídas a partir da análise das formas pelas quais os leitores populares contam sua maneira de ler (CHARTIER, 2001, p. 100).

Ao traduzir, prefaciá-lo e coligir uma série de artigos escritos por teóricos alemães ao longo da década de oitenta sobre história literária, Olinto (1996) ressalta a variedade dos modelos historiográficos propostos, todos elaborados sob a “perspectiva dos novos padrões epistemológicos, metateóricos, estéticos e sociais que orientam a percepção atual dos problemas envolvidos na escrita de histórias de literatura”. Concepções epistemológicas construtivistas, história das mentalidades, teoria da história, teoria da comunicação, parece ter espaço para tudo no grande caleidoscópio multidisciplinar que constitui o discurso dos artigos. Mesmo assim, sua variedade de propósitos aponta para a busca de uma teorização mais adequada às novas exigências historiográficas, bem como para um deslocamento de interesses, nos estudos literários, do texto para o sistema literatura, entendido este como uma “rede de múltiplos processos interativos e instáveis”.



Caleidoscópio solar (abaixo) e imagem vista através de um caleidoscópio (acima)
(Fontes: 1 - <http://www.siscompar.com>; 2 - <http://www.brasilcolor.eu>).

CONCLUSÃO

A relação entre história literária e ensino da literatura é quase negligenciada pelos historiadores e teóricos da literatura, embora seja sugerida em textos como os de Carpeaux (1959), Eagleton (1983) e Culler (1999). Se a principal questão da teoria literária, mais antiga até do que a disciplina ou campo acadêmico que assim se denomina, é a resposta, ou antes a multiplicidade de respostas que podem ser dadas à pergunta “o que é literatura?”, para respondê-la é preciso levar em conta as condições, instâncias e instituições que fazem com que determinada obra, ou grupo de obras, ou de um autor, ou grupo de autores de um período histórico, ou país, ou região, torne-se literário (a), para além de seus elementos intrínsecos, isto é, de sua “literariedade”, uma vez que esta, da mesma forma, é uma categoria historicamente construída, podendo ser identificada também em textos não literários.

Ao conceituar a literatura, Culler leva em conta as condições sociais e o contexto institucional que identificam um determinado texto como sendo literário, para além de sua literariedade, bem como do horizonte de expectativa do leitor:

A literatura, poderíamos concluir, é um ato de fala ou evento textual que suscita certos tipos de atenção. Contrasta com outros tipos de atos de fala, tais como dar informação, fazer perguntas ou fazer promessas. Na maior parte do tempo, o que leva os leitores a tratar algo como literatura é que eles a encontram num contexto que a identifica como literatura: num livro de poemas ou numa seção de uma revista, biblioteca ou livraria (CULLER, 1999, p. 34).

Sua definição, no entanto, deixa de contemplar o fato de que, entre os contextos que levam os leitores a tratar determinados atos de fala ou eventos textuais como Literatura, a escola é uma instância privilegiada, uma vez que institucionaliza o seu ensino, legitimando não somente o estudo de certos textos e autores, mas também alguns modos de interpretá-los, bem como determinadas práticas de leitura a eles relacionadas.



RESUMO

Como vimos nesta aula, a história literária, desde suas origens, mantém uma relação íntima e indissociável com o ensino da literatura, uma vez que as primeiras tentativas de organização – cronológica ou segundo gêneros literários – de autores e obras do passado correspondem ao processo de configuração da literatura como disciplina independente da cadeira de Retórica

e Poética ou das línguas antigas e modernas, nas quais o uso de textos hoje tidos como literários estava subordinado à sua instrumentalidade com relação ao ensino das figuras de linguagem e de modelos retóricos, bem como de suas estruturas gramaticais. No caso das línguas, a perda desse caráter “literário” relaciona-se com uma mudança de foco dos estudos literários, representados pelo programa de Retórica e Poética, que, além das regras de estilo e composição e da “apreciação litteraria dos melhores classicos da lingua portugueza”, passou a abranger a “Historia da litteratura em geral, e especialmente da portugueza e nacional” (OLIVEIRA, 1999). Dessa forma, se antes o estudo da literatura, anexado ao das línguas, baseava-se numa série de exercícios – leitura, cópia, ditado, versão, tradução, temas e composição – que tinham como objeto fragmentos de textos considerados literários, agora teria que justificar-se pela história literária, isto é, pelo estudo das “produções litterarias” das nações estrangeiras, as quais despertavam o sentimento de orgulho e respeito em seus povos. No caso brasileiro, o Estado Imperial, representado pelo Partido Conservador, tinha muito interesse em tal estudo, não só por satisfazer ao seu projeto civilizatório, pelo contato que os alunos brasileiros teriam com a produção literária das “nações civilizadas”, mas também pelo papel que poderia desempenhar na formação e desenvolvimento de um espírito de nacionalidade, principalmente depois da oficialização do ensino da Literatura Nacional, em 1855, período de absoluta supremacia do Partido Conservador.

Se os teóricos e historiadores da literatura não têm atentado devidamente para este fato, isso se deve ao grau de compartimentação e incomunicabilidade das áreas e campos acadêmicos, que impedem uma possível relação recíproca de trocas e empréstimos, para romper certas limitações e fomentar perspectivas inusitadas de velhos objetos.



ATIVIDADES

Responda às seguintes questões:

1. Qual a relação que pode ser feita entre o Romantismo e a formalização das histórias literárias?
2. Quais são as evidências, no caso brasileiro, da íntima relação entre História Literária e ensino da Literatura?
3. Como você explica o fato de que as histórias literárias têm servido a projetos de construção e afirmação de identidades nacionais?
4. Em sua opinião, quais são as contribuições e limitações da historiografia estruturalista e da estética da recepção?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Essa atividade tem por finalidade principal fazer com que você construa uma síntese dos principais conteúdos dessa segunda aula, de modo a compreender criticamente o processo de constituição da História Literária como uma disciplina específica, observando sua íntima relação com o ensino da Literatura e com os projetos de afirmação de identidades nacionais, assim como seus diálogos com a Teoria da Literatura e com outras disciplinas mais recentes que têm a Literatura como objeto. Da mesma forma, o questionário busca explorar as características mais marcantes dos principais métodos e abordagens da História Literária.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 6 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- CARPEAUX, Otto Maria. **História da literatura ocidental**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, v. 1, 1959.
- CHARTIER, Roger. Do Livro à Leitura. In CHARTIER, Roger (org.). **Práticas**, 2001.
- CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.
- JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Tradução: Sérgio Tellarolli. São Paulo: Ática, 1994.
- LAJOLO, Marisa. Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes. In: MALLARD, Leticia et al. **História da literatura: ensaios**. Campinas: Editora da UNICAMP.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. 1996. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1994.
- OLINTO, Heidrun Krieger. **Histórias de literatura: as novas teorias alemãs**. São Paulo: Ática, 1996.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo. **A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade

Estadual de Campinas, 1999. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Teses/index.htm>>

TYNIANOV, J. Da evolução literária. In: EIKHENBAUM, B. [et al.]. **Teoria da literatura: os formalistas russos**. 4 ed. Tradução de Ana Maria Filipovsky, Maria Aparecida Pereira, Regina Zilberman e Antonio Carlos Hohlfeldt. Porto Alegre: Globo, 1978.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da literatura**. Tradução de José Palla e Carmo. Lisboa: Europa-América, 1962

GLÓSSARIO



Otto Maria Carpeaux: Crítico e historiador da arte austríaco (1900-1978). Produziu sua obra crítica no Brasil.



Fabius Quintilianus: Professor de Retórica na Roma Antiga. Nasceu em Caagurris (Calahorra, atual Espanha) e viveu de 30 a 95 dC. Ficou famoso pelo *Institutio Oratoria* (c. 95 d.C.), grande obra redigida em 12 volumes que se constitui em um verdadeiro tratado sobre a educação romana do seu tempo. Um de seus alunos foi o orador romano Plínio, o jovem.

Cânone: Ou cânon normalmente se caracteriza como um conjunto de regras (ou, frequentemente, como um conjunto de modelos) sobre um determinado assunto, em geral ligado ao mundo das artes e da arquitetura. A canonização é a sistematização deste conjunto de modelos. A materialização do cânone, no campo da Literatura, um Cânone é uma obra ou autor já institucionalizados pela tradição crítica ou consolidados pela História Literária.



Gonçalves de Magalhães: Poeta, diplomata e político brasileiro (1811-1882). Tornou-se barão e, depois, visconde do Araguaia. Considerado, pela historiografia da literatura brasileira, como responsável pela introdução do Romantismo no país, com a publicação de *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836).

Regime: Tal regime foi instituído pelo Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, assinado por Getúlio Vargas e referendado pelo Ministro da Educação Francisco Campos.

Romantismo: Movimento artístico e filosófico surgido nas últimas décadas do século XVIII na Europa que perdurou por grande parte do século XIX. Caracterizou-se como uma visão de mundo contrária ao racionalismo que marcou o período neoclássico e buscou um nacionalismo que viria a consolidar os estados nacionais na Europa.



Roger Chartier: Historiador francês (1945-). Depois de envolver-se com a História da Educação, nas décadas de 1970 e 1980, dedica-se atualmente à história do livro, das edições e das práticas de leitura.